

SIMPÓSIO SUL

II Simpósio de Pós-Graduação do Sul do Brasil

BICENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA: 200 ANOS DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO NO BRASIL

FLORESTAN FERNANDES E A ESCOLA PÚBLICA

Camila Grosseli

Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS
c.grosseli97@gmail.com

Claudecir dos Santos

Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS
claudedir.santos@uffs.edu.br

Joviles Vitório Trevisol

Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS
joviles.trevisol@uffs.edu.br

Eixo 07: Ciências Humanas

Resumo: Florestan Fernandes teve um importante papel na luta pela escola pública. Afirmava que uma educação pública e universal era imprescindível para a formação de uma sociedade justa e democrática. O Estado brasileiro deveria promover uma educação gratuita e de qualidade, e garantir o acesso a todas as crianças e jovens. Neste sentido, liderou na década de 50, o “Manifesto Mais Uma Vez Convocados”, um movimento em defesa da escola pública que percorreu diversas cidades brasileiras com o propósito de mobilizar a sociedade quanto à importância do financiamento público para a escola pública. É nesse contexto que o presente trabalho, fruto de uma pesquisa em nível *stricto sensu* (em desenvolvimento), guiada por uma análise bibliográfica/documental, discute as ações/problematizações do autor que impactaram no desenvolvimento da política de Estado denominada FUNDEB.

Palavras-chave: Florestan Fernandes; Escola pública e gratuita; Sociologia da Educação; Democracia.

Introdução

Florestan Fernandes é um dos poucos Cientistas Sociais brasileiros que se dedicaram em diversos campos, tanto no meio acadêmico, quanto no meio político. A trajetória de Fernandes foi de grande valia em ambos os campos, no acadêmico, suas obras continuam

sendo atuais, fundamentando importantes discussões, em especial na área da educação pública. No campo político, tendo sido eleito por dois mandatos consecutivos a deputado federal (1987 – 1991; 1991 - 1995), suas defesas e seus projetos continuam sendo pautas para o debate acerca de *déficits* sociais que continuam a mercê de políticas públicas de Estado e de governo para serem enfrentados e resolvidos.

Durante sua atuação enquanto professor do ensino superior, Fernandes manteve-se atuante em diversos debates acerca da educação brasileira, dentre eles destacam-se os que permearam a elaboração da Lei das Diretrizes de Base a partir de 1946 e, com maior ênfase, durante a campanha em defesa da Escola Pública, denominada como “Manifesto Mais Uma Vez Convocados” de 1959-60, desenvolvida em forma de combate após, em meio às discussões relacionadas à LDB de 1946, surgirem dois projetos substitutivos, um desses, apresentado pelo então deputado federal Carlos Lacerda, denotava um certo favoritismo pela educação privada, pondo “por água abaixo” as idealizações por um ensino básico para todos.

É nesse cenário de proposições e contradições que Florestan Fernandes insere questões pertinentes ao debate do que, mais tarde, passou a ser problematizado como o *Brasil profundo*. Um Brasil profundamente desigual que precisa ser enxerga-se para melhor resolver seus problemas. É desse Florestan que falamos nesse trabalho, contudo, é importante esclarecer que o que aqui se redige faz parte de um projeto que se encontra em desenvolvimento, cujo foco é a análise de um sociólogo brasileiro que pensou, escreveu, desenvolveu pesquisas e análises acerca da educação brasileira e, principalmente, se envolveu em debates e movimentos em defesa da escola pública, sobretudo nos anos 50, sendo este o ponto principal a ser aqui destacado.

1. O movimento em defesa da escola pública

O “Manifesto Mais Uma Vez Convocados” - assim chamado em alusão ao Manifesto Pioneiros da Educação Nova de 1932 – partiu da percepção de que o ensino público precisava ser condizente com a realidade dos estudantes, e o que se debatia na Câmara dos Deputados nesse período, era uma equiparação dos recursos entre escolas públicas e privadas. De acordo com Fernandes (2020, p. 37), o Movimento em Defesa da Escola Pública “foi proposto e construído em função da indignação provocada em diversos grupos da sociedade brasileira”, frente às discussões então realizadas.

O projeto citado acima, que estava em debate na Câmara dos Deputados, era uma proposição do então deputado federal Carlos Lacerda. Em suma, o projeto favorecia as escolas particulares, em sua grande maioria – na época – católicas. Contudo, mesmo tendo grande adesão da imprensa e da sociedade civil, sendo esse, para Fernandes (2019, p. 21), “um dos movimentos de maior importância na defesa da escola pública e do acesso universal ao Ensino”, em 1961 aprovou-se um dos projetos substitutivos que tendiam às escolas privadas como a LDB da Educação Nacional.

Cometeu-se um crime contra o ensino, atendendo-se às pretensões das correntes privatistas e às pressões reacionárias de círculos católicos obscurantistas. A verdade inofismável é que o Congresso parece ser cativo dessas forças, não tendo, por isso, meios de consolidar a democracia na esfera do ensino. Acomoda-se, quando devia revoltar-se; omite-se ou tergiversa, quando devia decidir e impor soberanamente as soluções mais convenientes à democratização do ensino e à diferenciação qualitativa do sistema educacional brasileiro (FERNANDES, 1966 apud OLIVEIRA, 2010, p. 44).

Sartre (1994, p. 07) já dizia que “só quando se rebela, o “especialista” torna-se um intelectual”, sendo assim, podemos observar Fernandes tornando-se um intelectual das massas populares quando assumiu a possibilidade de um conflito constante com o governo ao defender uma educação pública, gratuita e de qualidade à todas as crianças e jovens.

Cabe ressaltar que as reivindicações preconizadas pelo grupo encabeçado por Florestan Fernandes (apud FERNANDES, 2020, p. 39), no Manifesto, objetivavam: a) a qualidade e a eficácia do ensino por meio de melhores condições para a escola pública, visto que vivemos num país subdesenvolvido e dotado de recursos escassos para a educação, que pode se obter a exclusividade da destinação da verba pública ao ensino público, produzir um ensino de mais qualidade, sem restrições econômicas, raciais e religiosas, aos indivíduos de toda a camada popular e, b) a pretensão de impedir que o Estado Democrático continuasse aprisionado pelos interesses particularistas de classe na esfera educacional, tendo mais autonomia na elaboração que competem as ações administrativas e políticas diante da improdutividade e destinação dos recursos oficiais direcionados a educação nacional.

As discussões levantadas por estes debates foram pautadas na Constituição de 1934 onde se iniciaram os traçados das diretrizes educacionais do Brasil, nesta tanto quanto nas Constituições seguintes – 1937 e 1946 - previa-se que a educação brasileira era de responsabilidade e deveria ser garantida pelo Estado, essa possibilidade de debate era vista por Fernandes (apud OLIVEIRA, 2010, p. 38), como um meio de “reelaboração da vida

escolar para algo mais condizente com a realidade dos estudantes”. Veja-se que algumas defesas no campo da educação, entre elas as que voltam à educação básica, pública e de qualidade, que foram pauta de reivindicações na primeira metade do século XX, continuam sendo necessárias em nossos dias.

Considerações Finais

A partir dos pontos destacados anteriormente, através da metodologia de pesquisa histórico-bibliográfica/documental, buscar-se-á identificar as ações realizadas por Fernandes que dizem respeito ao meio educacional público durante sua trajetória, a fim de compreender a importância destas para o desenvolvimento do FUNDEB como política educacional permanente. Estes pontos, entre outros, denotam a importância de Florestan Fernandes no meio educacional, e, tendo em vista as discussões acerca da continuidade e permanência do FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica –, realizadas no ano de 2022, na qual também havia uma proposição semelhante àquela de 1961, que sugeria uma espécie de equacionamento entre as verbas das escolas públicas e privadas, sinalizam a pertinência em voltarmos para o debate de questões que suscitam a realidade de um país gigante que precisa resolver algumas mazelas que impedem a realização de processos emancipatórios, sejam eles políticos, econômicos sociais, culturais etc. A base para o desenvolvimento de todos esses processos está na educação, Florestan nos disse algo sobre isso que precisa ser resgatado.

Referências

FERNANDES, Florestan. **A conspiração contra a escola pública**. Marília: Lutas Anticapital, 2020. Comentários de: Julio Okumura (org.) [et al.].

FERNANDES, Florestan. **A formação política e o trabalho do professor**. Marília: Lutas anticapital, 2019.

OLIVEIRA, Marcos Marques de. **Florestan Fernandes**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

SARTRE, Jean-Paul. **Em defesa dos intelectuais**. SP: Ática, 1994.